
Desafios: Editores e colunistas analisam as expectativas para dez áreas

PÁGINAS 16 a 21

O QUE SE PODE ESPERAR DA NOVA PRESIDÊNCIA EM 10 ÁREAS



MARICA FOLETTO



Não são poucos os desafios do país. Ontem, chegou ao fim uma campanha eleitoral bastante polarizada, em que houve pouco espaço para discutir propostas — mais do que isso, para apresentar soluções viáveis, profundas, para os problemas nacionais. Hoje,

começa-se a montar um novo governo e, necessariamente, a costurar projetos. Editores, repórteres e colunistas do GLOBO ouviram especialistas para apresentar um panorama de como deve evoluir o governo Jair Bolsonaro em dez áreas: política, economia, segurança, Forças Armadas, educação, saúde, meio ambiente, política externa, sociedade e cultura. De cara, Bolsonaro

terá que trilhar um caminho para governar com as forças políticas que tanto criticou. O primeiro teste será a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado. A nova configuração do Parlamento também será decisiva para a aprovação da reforma da

Previdência, o mais urgente desafio econômico do Brasil. Não se sabe, porém, qual o desenho da reforma que Paulo Guedes, o já anunciado ministro da Fazenda de Bolsonaro, conseguirá enviar ao Congresso. Aposta-se que medidas defendidas pelo presidente eleito para combater a violência, como a ampliação da posse

de armas e a redução da maioria penal, sejam aprovadas com mais facilidade. Ainda há dúvidas sobre a união entre as pastas da Agricultura e do Meio Ambiente. E, em meio a uma pauta conservadora nos costumes, movimentos em defesa dos direitos de negros, mulheres e LGBTs já discutem como será a interlocução

com Brasília. São esperadas ainda mudanças na educação, em que a principal bandeira é a Escola sem Partido. Na cultura, o foco deverá ser a revisão da Lei Rouanet. Com a ampliação do protagonismo dos militares, na política externa o resultado poderá ser um alinhamento maior com os Estados Unidos.

1 POLÍTICA

Bolsonaro ensaia nova forma de negociar que rompe tradição do Congresso. Agenda econômica representa maior desafio

PAULO CELSO PEREIRA
E EDUARDO BRESCIANI
opais@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Eleito na esteira da insatisfação com as velhas práticas políticas que converteiram o Congresso em reduto de investigados por corrupção, Jair Bolsonaro (PSL) chegou ao Planalto demonizando a política, os partidos e regras consagradas do jogo parlamentar. Agora, terá de governar com as forças que atacou. Experientes congressistas ouvidos pelo GLOBO, ao longo da última semana, projetam dois momentos na relação do futuro presidente com o Parlamento. Desprezando as cúpulas partidárias, ele tentará implementar sua agenda legislativa com novatos e setores periféricos da Câmara e do Senado. A avaliação no Congresso é que a lua de mel com o eleitor deve contaminar positivamente a agenda do início do governo, porém, mesmo assim, haverá dificuldades para implementar a inevitável agenda impopular.

A sensação no mundo político é que pautas caras ao presidente eleito e que têm popularidade atestada em pesquisas, como a redução da maioridade penal, devem sofrer menores dificuldades para tramitar no Legislativo. Diferentemen-

te da pauta econômica, justamente aquela que os especialistas consideram como a mais urgente. A reforma da Previdência é a principal delas.

A intenção de Bolsonaro é esvaziar o poder de líderes e caciques partidários que tradicionalmente comandam a agenda legislativa, para estabelecer uma linha direta de negociação do Planalto com deputados e com bancadas temáticas — como a ruralista, a evangélica e a da bala. A popularidade do presidente será o principal instrumento a serviço dessa estratégia, que pretende converter cada votação do Parlamento numa espécie de plebiscito entre quem está e quem não está ao lado de Bolsonaro, principalmente se a pauta for impopular.

Parlamentares com larga experiência congressual não acreditam no sucesso desse método. Eles lembram que os interesses das bancadas temáticas são específicos e não seguem a lógica pragmática dos partidos. A bancada da bala, por exemplo, dá suporte a projetos de segurança e a favor das armas, mas não aceita debater a inclusão de policiais e militares numa eventual reforma da Previdência. Os ruralistas, por sua vez, têm amplas restrições ao corte de subsídios — uma das ideias do futuro ministro da

Fazenda, Paulo Guedes.

O GLOBO ouviu na última semana a avaliação de cerca de 20 parlamentares e ex-parlamentares sobre a estratégia de Bolsonaro para a relação com o Congresso. Reservadamente, essa ala traquejada do Congresso julga “inviável” produzir consensos ao estabelecer negociações individuais com mais de 308 deputados e 49 senadores, números necessários para aprovar emendas constitucionais. Eles ressaltam que os partidos têm mecanismos, como o fechamento de questão, para “enquadrar” dissidentes em votações, o que sempre facilita a negociação com o Planalto. Por isso, cúpulas insatisfeitas por serem desprezadas na formação de maioria poderiam atuar contra as propostas de Bolsonaro.

POPULARIDADE INIBE TRAIÇÃO

A partir dessa lógica, Bolsonaro cedo ou tarde teria de se curvar ao fato incontornável de que nenhum presidente governa sem uma base alinhada a programas partidários. “Pode haver uma lua de mel de 90 a 100 dias”, avalia um importante ministro do governo, mas depois disso, segundo ele, chegará a hora de “sentar e conversar” — leia-se discutir liberação de verbas e cargos, o motor de deputados

e senadores, eleitos para apresentar serviço aos eleitores.

Um influente deputado avalia que a popularidade de Bolsonaro inibirá traições e discordâncias no início, mas o inevitável desgaste do governo obrigará o presidente a negociar.

— Esse será um governo que foi eleito com a promessa de mudar a maneira de fazer política. Parte dessa promessa é não distribuir postos ministeriais, cargos e verbas para tentar construir uma coalizão no Congresso. Esse é o instrumento usado pelo governo para exigir lealdade em momentos difíceis. Então, o grande desafio desse governo é construir uma coalizão sem dar o que o parlamentar está acostumado a receber em troca — avalia Christopher Garmen, diretor da consultoria Eurasia.

O primeiro desafio de Bolsonaro serão as eleições dos presidentes da Câmara e do Senado. Políticos de diferentes partidos trabalham para que o Parlamento adote uma postura mais independente em relação ao Planalto. Líder do centrão, Rodrigo Maia (DEM-RJ) larga como favorito na Câmara justamente por representar esse pensamento. No Senado, a tendência é priorizar

um nome que defende o Congresso, não o governo.

Aliados de Bolsonaro reconhecem a importância de o presidente não sair derrotado na disputa pelo comando das duas Casas. Para isso, defendem que ele contenha aliados que já se lançam em profusão para as vagas, especialmente na Câmara, e construa pontes com parlamentares mais suscetíveis à concertação. Só assim o capitão conseguiria evitar que a oposição ajude a eleger alguém que tenha sido descartado por seu time. Isso ocorreu em 2015, quando a então presidente Dilma Rousseff, que havia acabado de se reeleger, decidiu lançar o petista Arlindo Chinaglia contra Eduardo Cunha pela presidência da Câmara.

O PSL de Bolsonaro conquistou a segunda bancada, com 52 deputados. Ainda assim, sua força na Câmara é pequena diante da necessidade de 257 votos para obter maioria e 308 para modificar a Constituição. O PSL é ainda menor no Senado, onde possui 4 das 81 cadeiras.

Ainda que raras legendas tenham embarcado de forma integral no projeto de Bolsonaro, o “varejo” do Congresso poderia garantir, na opinião de aliados, que a base parlamentar do novo presidente chegue a cerca

de 350 votos na Câmara. Já no Senado, mesmo os mais otimistas admitem que será difícil ter uma base ampla.

Principal articulador de Bolsonaro, Onyx Lorenzoni (DEM-RS) não enxerga dificuldades na formação da base. Ele argumenta que o presidente eleito derrubou todos os dogmas da campanha, ao vencer sem partido forte, tempo de TV e dispensando os debates. Para ele, a renovação no Congresso abrirá espaço para que o presidente angarie apoio dos novos parlamentares sem precisar recorrer ao fisiologismo.

Onyx, porém, é rejeitado por congressistas experientes em função da defesa das polêmicas “medidas anticorrupção” propostas pelo Ministério Público, em 2016. Muitos já sugeriram a ele e a Bolsonaro a necessidade de ter alguém mais flexível cuidando da relação com o Congresso. O deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que não se elegeu, chegou a se escalar para a missão. No entanto, além de ter uma atuação limitada no Congresso, já virou alvo indireto do próprio presidente eleito: “Oportunistas se anunciam ministros. Estes, de antemão, já podem se considerar fora de qualquer possível governo”, alertou Bolsonaro, no Twitter.

OS DESAFIOS DE BOLSONARO NO CONGRESSO

1

Formação de maioria com métodos alternativos aos da política tradicional

A negociação anunciada por meio de apoios individuais e com bancadas temáticas nunca foi testada e gera dúvidas sobre a viabilidade de construir uma base estável e fiel ao Planalto.

2

Superar as desconfianças mútuas na relação com cúpulas partidárias

Bolsonaro e seus principais escudeiros nutrem ojeriza por caciques partidários e são também desprezados por estes, que julgam ser impossível ao governo obter vitórias sem concessões.

3

Conquistar o comando da Câmara para buscar prioridade na pauta

O governo precisará conter seus aliados mais fiéis para negociar com o “centrão” uma candidatura para a Presidência da Casa que seja alinhada ao Executivo e implemente sua agenda.

4

Em minoria, negociar no Senado para evitar que opositor assum a Casa

Com uma bancada menor e enfrentando maior resistência, buscar uma articulação eficiente que evite a chegada de um opositor declarado ao comando da Casa em fevereiro.

5

Negociar a aprovação de reformas que permitam a retomada da economia

Convencer a base a votar matérias impopulares, como a reforma da Previdência, para conseguir um fôlego extra para a economia e implementar a agenda proposta pelo economista Paulo Guedes.

6

Obter fidelidade no Congresso capaz de resistir a crises políticas

Conseguir manter um nível de coesão entre os apoiadores, que permita força política ao governo de resistir quando ocorrerem acusações contra seus integrantes ou contrariedade a propostas.

2 ECONOMIA

Mercado aposta em reforma da Previdência e ajuste fiscal.
Mas falta de detalhes cria incertezas, dizem analistas

LUCIANA RODRIGUES
E MARTHA BECK
economia@oglobo.com.br
RIO DE JANEIRO

Abraçada pelo mercado financeiro desde o primeiro sinal de que adotaria reformas e austeridade fiscal, a candidatura de Jair Bolsonaro tem agora o desafio de detalhar como fará a retomada da economia. Ao longo da campanha, o capitão reformado do Exército não deu pormenores de suas propostas econômicas e transferiu essa responsabilidade para Paulo Guedes, sua escolha para comandar o Ministério da Fazenda. Eleito, Bolsonaro precisa nomear equipe e negociar com Congresso e sociedade.

Guedes, por sua vez, não explicou como várias de suas sugestões ficarão em pé. Analistas são unânimes em afirmar que, para retomar o crescimento econômico mais vigoroso e permitir que o Brasil volte a gerar empregos — há 12,7 milhões de desempregados —, o primeiro passo é tirar o país da insolvência fiscal em que se encontra. Para isso, a reforma da Previdência é a agenda prioritária.

Mas nem neste tema as propostas de Bolsonaro e do seu “posto Ipiranga” Paulo Guedes são claras. Uma das ideias é criar um regime de capitalização para a Previ-

dência. Hoje, o país adota o modelo de repartição — no qual trabalhadores da ativa custeiam a aposentadoria dos mais velhos. Na capitalização, cada trabalhador teria a sua própria poupança e esses recursos, no futuro, garantiriam sua aposentadoria.

O problema é como fazer a transição, ou seja, como migrar os novos trabalhadores para a capitalização e bancar a aposentadoria de quem hoje depende do regime de repartição. Não está explícito, nas propostas de Guedes, como fechar essa conta, que pode chegar a R\$ 100 bilhões.

CONTAS QUE NÃO FECHAM

Mas o mercado deu um voto de confiança a Bolsonaro acreditando que ele escolheu uma equipe comprometida com a agenda de reformas, sendo que a primeira da fila será a da Previdência, segundo auxiliares da campanha. O regime de aposentadorias fechou 2017 com rombo de R\$ 269 bilhões. Segundo o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, o nome de Guedes ajuda a segurar as apostas dos analistas:

— Há incertezas em relação ao novo governo. Mas, quando o mercado comparou os dois candidatos que ficaram no segundo turno, foi Bolsonaro quem mostrou

um perfil mais alinhado com o tripé de câmbio flutuante, controle da inflação e equilíbrio das contas públicas.

Esse voto de confiança, porém, tem prazo de validade, diz Claudio Frischtak, da consultoria Inter.B:

— O mercado está em lua de mel, mas há alguns elementos de autoengano, dada a dificuldade de fazer a consolidação fiscal no Brasil. Vai depender da formação da equipe, da capacidade de lidar com o Congresso e de convencer a sociedade de que é preciso fazer a reforma da Previdência, porque sem isso o Estado não conseguirá sequer entregar serviços básicos como educação, saúde e segurança. É uma ambição pouco realista falar em zerar o déficit fiscal em 2019 e ter superávit em 2020.

Frischtak se refere à proposta de Guedes de acabar com o rombo nas contas públicas logo no primeiro ano de governo. Nos últimos 12 meses, o déficit é de R\$ 97,6 bilhões.

O guru econômico de Bolsonaro também propõe isentar do Imposto de Renda (IR) de quem ganha até cinco salários mínimos e adotar alíquota única de 20% para as demais faixas. Mas, com as contas públicas no vermelho pelo quinto ano seguido, a equipe de

Bolsonaro não explica como compensar a queda na arrecadação com a mudança no IR.

Para o senador José Serra (PSDB-SP), o quadro econômico tende a ser relativamente favorável no primeiro e no segundo ano de governo, graças a uma situação confortável nas contas externas e na inflação:

— O desafio vai pelo lado das expectativas dos agentes econômicos. Se os empresários acharem que a economia irá bem, ela irá bem, porque vão aumentar os investimentos.

Na campanha, a equipe de Bolsonaro criou 29 grupos de trabalho para discutir propostas. As discussões mais avançadas estão na Previdência, mas ainda não há definição. Os auxiliares da campanha também endossaram a ideia de que é preciso preservar o teto dos gastos públicos, apesar das dificuldades na gestão do Orçamento devido a seu engessamento.

Hoje, mais de 90% das despesas são obrigatórias. O teto de gastos, criado por Temer em 2016, prevê que, por 20 anos, as despesas do governo ficarão congeladas, ou seja, só poderão subir no mesmo ritmo da inflação.

— Romper o teto dos gastos seria uma loucura. O governo vai fazer de tudo para

que isso não ocorra — disse uma fonte da campanha.

Economistas com visão mais crítica citam a pouca experiência na máquina administrativa da equipe que está chegando ao governo como fator de preocupação.

DESEMPREGO

A proposta de Paulo Guedes para atacar o desemprego, sobretudo entre jovens, é criar um novo tipo de contrato, a “carteira verde e amarela”, que só estaria disponível para quem tem entre 20 e 25 anos. O empregado abriria mão da contribuição patronal para o INSS e poderia investir livremente os recursos do FGTS.

Naércio Menezes Filho, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, avalia que a reforma trabalhista do governo Temer foi na direção correta, de flexibilizar regras e reduzir processos:

— Acabamos de fazer uma reforma trabalhista, não há por que fazer uma nova. Mais importante é melhorar a produtividade de empresas e trabalhadores. É preciso reduzir incentivos, desburocratizar, promover a concorrência nas empresas. E capacitar melhor os trabalhadores.

Desburocratizar é também fundamental para a retomada dos investimentos em infraestrutura, diz Frischtak, da

Inter.B. Nos últimos anos, o país destinou menos de 2,38% do PIB, patamar considerado o mínimo necessário para manter a atual rede de infraestrutura — ou seja, os ativos de transportes, telecomunicações, energia e saneamento estão se deteriorando. Este ano, a Inter.B estima que o país vá investir só 1,70%.

Segundo o economista — que assessorou a presidencial Marina Silva (Rede) e cujos estudos têm sido citados em círculos da campanha de Bolsonaro —, a privatização é indispensável, diante da incapacidade do Estado de investir. Paulo Guedes propõe usar recursos obtidos com a venda de estatais para zerar o déficit público. Mas Frischtak lembra que “há diferentes visões” dentro da equipe de Bolsonaro. Recentemente, o capitão rejeitou a possibilidade de privatizar a geração de energia.

— Realisticamente, não se consegue zerar o déficit com a venda de estatais. Na melhor das hipóteses, vamos levar de oito a dez anos para reduzir o tamanho delas. Tivemos um exemplo recente dessas dificuldades, quando o Senado rejeitou a venda de subsidiárias deficitárias da Eletrobras — lembra Frischtak.

Colaborou Paulo Celso Pereira

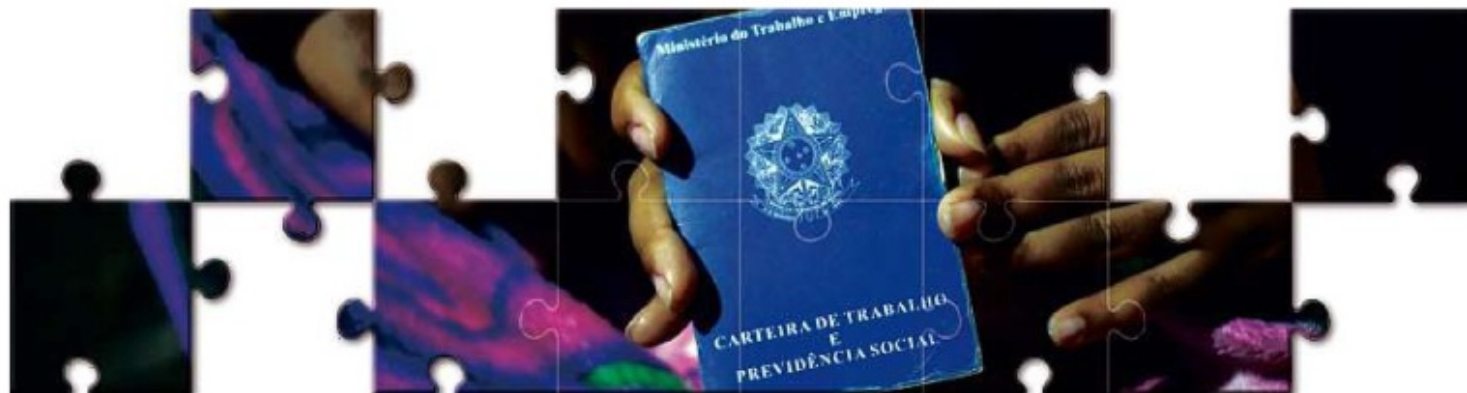


“O grande desafio desse governo é construir uma coalizão sem dar o que o parlamentar está acostumado a receber em troca”

— Christopher Garman, diretor da consultoria Eurasia

“O mercado está em lua de mel, mas há alguns elementos de autoengano, dada a dificuldade de fazer a consolidação fiscal no Brasil”

— Claudio Frischtak, da consultoria Inter.B



Na área social, única proposta concreta é 13º para o Bolsa Família

RENATA MARIZ
renata.mariz@osglobo.com.br
BRASILIA

Única proposta concreta na área social divulgada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, a implementação do 13º salário para beneficiários do Bolsa Família virá acompanhada da promessa de criar “portas de saída” do programa. Parce-

rias com o Sistema S e outras instituições de qualificação profissional estão em análise.

O anúncio de um pagamento extra anual aos beneficiários do Bolsa Família foi feito na reta final da campanha, quando o candidato mirou eleitores do Nordeste, onde o programa criado pelo PT tem forte apelo.

Segundo técnicos do atual

governo, a proposta é factível. O orçamento do Bolsa Família projetado para 2019 é de quase R\$ 31 bilhões. Para criar o 13º, seria necessário adicionar mais R\$ 2,5 bilhões. Com recursos já economizados com combate a fraudes e retirada do sistema de pessoas que recebiam benefícios indevidos, o Tesouro teria margem finan-

ceira para liberar essa quantia.

Para Marcelo Neri, pesquisador do FGV Social, a proposta do 13º é positiva:

— O Brasil precisa endereçar a produtividade e o ajuste fiscal, sem esquecer o social.

Ainda não há clareza sobre outras medidas na área assistencial. O grupo que colabora com Bolsonaro estuda acabar

com o abono salarial e endurecer regras para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos e deficientes em carência extrema.

Não está definido se será mantido o programa Criança Feliz, criado no governo Temer e que patrocina visitas domiciliares a famílias carentes com crianças ou gestantes. In-

tegrantes do núcleo técnico da campanha apostam que o melhor é garantir uma rede pública de atendimento a crianças. Uma ideia é aproveitar a capilaridade de igrejas, até pelo apoio maciço recebido, para firmar parcerias.

A situação das mães solteiras (31% das mães do país) é uma das bandeiras que Bolsonaro pode abraçar, segundo Antonio Flávio Testa, conselheiro para ações que aliam segurança pública e assistência social.

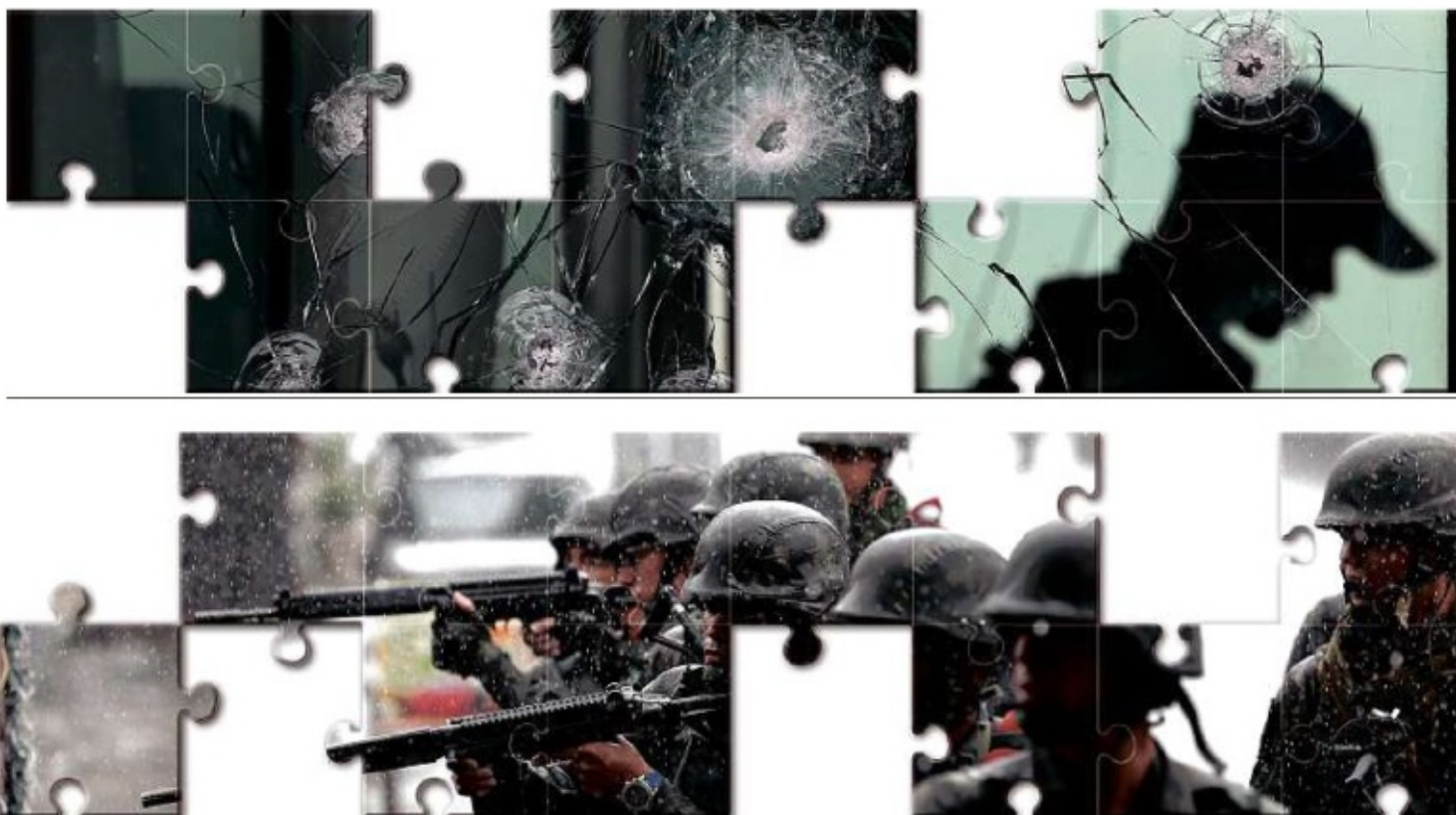


"A excludente para policiais (garantia de que não serão investigados caso matem em serviço) provocará banho de sangue, agravado pela circulação maior de armas"

Ivan Marques, diretor-executivo do Instituto Sou da Paz

"Com as carências que temos em saúde, educação e infraestrutura, é difícil retirar recursos dessas áreas e colocar nas Forças Armadas"

General Antônio Hamilton Mourão, vice-presidente eleito



3 SEGURANÇA

Posse de armas e redução da maioria penal no centro das propostas. Especialistas temem aumento da violência

RENATA MARIZ E MARCO GRILLO
opaís@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

Eixo principal do discurso que levou Jair Bolsonaro (PSL) à vitória de ontem, a Segurança Pública deve ser a agenda principal dos primeiros cem dias de sua gestão. O presidente eleito deve turbinar o controle de fronteiras, dando protagonismo às Forças Armadas, que já participam da atividade, ao mesmo tempo em que reforçará com a medida o discurso de combate ao crime organizado. Em outra frente, a tentativa de implementar uma agenda pró-armamentista e de endurecimento da legislação penal será um teste para o governo.

A chamada excludente de ilicitude para policiais em serviço, dando a garantia de que não serão investigados caso

matem no curso de operações, é outra bandeira, mas conselheiros da campanha alertam para a dificuldade de aprovação rápida no Congresso.

Consultores levantarão pontos que dependam apenas da caneta do presidente, como ampliar tipos de armas que civis podem ter (hoje são permitidas apenas as de calibre leve) ou aumentar a validade dos registros dos artefatos (atualmente de cinco anos).

Outro ponto defendido é a redução da maioria penal. Um projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas está parado no Senado. Por ser uma mudança constitucional, a proposta necessita da aprovação de três quintos dos senadores, o que impõe dificuldade extra para as pretensões de Bolsonaro.

Ele estuda a possibilidade de reduzir a maioria para

17 anos e não 16, como prevê o texto em tramitação. Uma das principais missões do senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente eleito, é fazer com que o assunto ganhe visibilidade no primeiro semestre.

A revogação do Estatuto do Desarmamento, facilitando a posse de armas de fogo, é mais um item da agenda, mas o momento de colocar a proposta em votação não é consenso. Autor do texto em tramitação na Câmara e apoiador de Bolsonaro, o deputado Rogério Peninha (MDB-SC) critica a articulação comandada pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que tenta levar o tema ao plenário este ano. Peninha acredita que, caso a votação ocorra em 2018, as mudanças serão pequenas.

Há uma expectativa no nú-

cleo que trata do combate à violência de que o eleito volte atrás na intenção de extinguir o Ministério da Segurança Pública, criado pelo presidente Michel Temer. Entre os conselheiros de Bolsonaro, o entendimento é de que a pasta deve ser preservada.

CONTROLE DE FRONTEIRAS

O controle das fronteiras aparece como uma medida de curto prazo no governo Bolsonaro, segundo um interlocutor da campanha, porque já existe um sistema estruturado para o combate à entrada de armas, drogas e contrabando no país. Não há previsão de mudanças significativas no desenho da política, mas sim um reforço e papel maior das Forças Armadas nas ações integradas com outros órgãos, como Polícia Federal e Receita.

Ainda não está decidido se

será aproveitado o Plano Nacional de Segurança Pública, aprovado semana passada pelo Conselho Nacional da área, vinculado à pasta da Segurança. O documento prevê medidas para reduzir a taxa de homicídios em 3,5% ao ano — o índice hoje sobe, em média, 4% ao ano. A campanha também não estabeleceu meta de diminuição de mortes violentas intencionais — em 2017 foram 64 mil, um recorde.

Descartar o Plano Nacional de Segurança Pública seria um “retrocesso” e “mau sinal”, aponta Ivan Marques, diretor-executivo do Instituto Sou da Paz. Ele também é crítico da permissão para a polícia matar sem que haja investigação.

— A excludente para policiais provocará um banho de sangue, agravado pela circulação maior de armas. Mas é difícil prever como ficará a políti-

ca no governo, pois não há propostas concretas.

A pesquisadora Michele Ramos, do Instituto Igarapé, diz que os dados descartam qualquer relação entre aumento na circulação de armas de fogo e queda nos homicídios, argumento de Bolsonaro:

— O Ipea já demonstrou em estudo que o aumento de 1% na difusão de armas de fogo eleva em até 2% a taxa de homicídio.

Para a área prisional, o governo Bolsonaro quer acabar com saídas temporárias e visitas íntimas nos presídios. Parcerias público-privadas para terminar obras já iniciadas devem ser incentivadas. A pauta humanitária no setor carcerário, como fortalecimento de penas alternativas, não deve ter espaço na agenda do Executivo, aposta um conselheiro da campanha.

4 FORÇAS ARMADAS

Com o capitão Bolsonaro e o general Mourão no poder, o protagonismo dos militares deve crescer

VINICIUS SASSINE
vinicius.jorge@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Os militares passaram a reviver um protagonismo no Executivo antes mesmo de chegarem ao Palácio do Planalto pelas urnas. Fraco e impopular, o presidente Michel Temer abriu espaços para os generais, dentro do Planalto e à frente do Ministério da Defesa, que saiu das mãos de um civil de maneira inédita. Com o capitão Jair Bolsonaro (PSL) e o general Antônio Hamilton Mourão (PRTB) no poder, o

protagonismo dos militares deve crescer.

Segundo o grupo que planeja as ações do governo Bolsonaro, as Forças Armadas devem intensificar sua atuação em operações de garantia da lei e da ordem (GLOs); aumentar a presença em áreas distintas da defesa, como saúde, educação e infraestrutura; e tentar dar mais efetividade a projetos tidos como prioritários, mas que esbarram em falta de dinheiro.

Por outro lado, as Forças Armadas devem reduzir

ações de assistência a refugiados, como hoje ocorre na região de fronteira com a Venezuela. Os abrigos de venezuelanos em Boa Vista e Pacaraima, em Roraima, são administrados e controlados pelo Exército.

LISTA TRÍPLICE

Entre os projetos prioritários que os altos comandos esperam destravar, estão a defesa cibernética e a aquisição de blindados (Exército); submarinos nucleares (Marinha); e a aquisição dos caças suecos e do avião

de transporte militar, o KC-390 (Aeronáutica).

A análise nas Forças Armadas é que, hoje, os investimentos demandam R\$ 6,5 bilhões por ano. Neste ano, a destinação orçamentária foi de R\$ 4,5 bilhões, segundo fontes do Ministério da Defesa. O pagamento dos soldos e proventos dos 350 mil militares da ativa e dos 350 mil da reserva consomem 70% de todo o orçamento da área. A expectativa é que um governo Bolsonaro turbine o orçamento para investimentos.

O general Mourão, vice-

presidente eleito, afirmou ao GLOBO não haver condições para um incremento do orçamento.

—Pelo que conheço do Orçamento da União, na atual situação, não há condições. Com as carências que temos em saúde, educação e infraestrutura, é difícil retirar recursos dessas áreas e colocar nas Forças Armadas. A não ser que a gente consiga reorganizar o orçamento e produzir um equilíbrio fiscal no curto prazo.

Um desafio do governo Bolsonaro será promover um equilíbrio entre as três Forças, uma vez que o presidente eleito, seu vice e dois prováveis ministros —general Augusto Heleno, na Defesa, e general Oswaldo Ferreira, num super-ministério de Infraestrutura— são oriundos do Exército.

As nomeações dos coman-

dantes por Bolsonaro devem seguir a lista tríplice, formada pelos três quatro estrelas mais antigo de cada Força. No caso do Exército, a escolha recairá sobre um de três colegas da turma de 1977 de Bolsonaro na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman): Edson Leal Pujol, Paulo Humberto de Oliveira e Mauro Cesar Cid, pela ordem de antiguidade. Não há garantia, porém, de que o mais antigo será o escolhido por Bolsonaro.

—O critério da antiguidade é basilar nas Forças Armadas. Da lista, qualquer um pode ser escolhido —afirmou Mourão. Ele lembrou que, a partir da investidura na função de presidente da República, Bolsonaro passará a ser o comandante das Forças Armadas e deixará de ser o capitão.



“Nenhuma mudança, para que chegue à sala de aula, consegue ser implementada apenas por força de um decreto

— **Alessio Costa Lima**, presidente da Undime

“Fala-se em não gastar mais e apresentam-se ideias custosas. Os gastos com saúde num país de tripla carga só crescem. Não existe milagre.

— **Carlos Gadelha**, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz



5 EDUCAÇÃO

Escola sem partido é a principal bandeira. Na prática, medida depende de diálogo com estados e municípios

ANTÔNIO GOIS
opais@oglobo.com.br

Pressionado durante o segundo turno, Jair Bolsonaro deu algumas declarações amenizando o tom de falas suas ou de aliados em temas econômicos, políticos e ambientais. Isso, porém, não aconteceu na educação. As propostas mais repetidas pelo presidente eleito durante a campanha foram “expurgar a ideologia de Paulo Freire” das escolas e cursos de formação de professores, priorizando o ensino de “matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce”. Pautas polêmicas que certamente vão gerar debates ainda mais intensos à medida que o governo tente colocá-las em prática.

O caminho para promover mudanças profundas na educação brasileira não é tão sim-

ples. Presidentes no auge de sua popularidade, em momentos de expansão econômica e com sólida base no Congresso Nacional (casos de Fernando Henrique em seu primeiro mandato e de Lula em seu segundo), tiveram dificuldade para aprovar políticas estruturantes no setor.

Boa parte das medidas já anunciadas por Bolsonaro — ou especuladas como propostas suas a serem ainda apresentadas — dependem da aprovação de leis por maioria simples no Congresso ou de PECs (Proposta de Emenda Constitucional), que exigem o voto de 3/5 dos Parlamentares.

E, mesmo que aprovadas, há mudanças que podem ser declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por violarem outros artigos da Constituição. Pode ser o caso, por exemplo, se o go-

verno tentar proibir que Paulo Freire (ou qualquer outro pensador) faça parte do currículo de cursos universitários.

Há, porém, ações em seu plano de governo que dependem de decretos ou iniciativa do executivo federal. A criação de novas escolas federais militares não requer grande esforço. O que limita sua expansão é o custo por aluno: três vezes maior do que as públicas estaduais ou municipais. Massificar esse modelo no atual cenário fiscal seria inviável.

Dentre as medidas que necessitam passar por lei, especialistas do setor dão como muito provável a aprovação do projeto Escola Sem Partido, principal bandeira bolsonarista na educação. Mesmo aprovada, há dúvidas quanto a sua eficácia, considerando a dificuldade de monitorar 2,4 milhões de professores atuando

em mais de 200 mil escolas de ensino fundamental ou médio. A lei, no entanto, certamente fortalece grupos que, até em escolas privadas, têm criticado o que consideram “doutrinação” de professores com viés de esquerda.

COBRANÇA NA UNIVERSIDADE

Outra promessa que necessita passar por maioria simples no Congresso é o “fim da aprovação automática”. No caso da cobrança de mensalidades em instituições públicas (especulada como provável), a aprovação dependeria de uma PEC.

A criação de novas disciplinas — caso de moral e cívica — ou mudanças na Base Nacional Comum Curricular não dependem de leis, mas dependem de aprovação do Conselho Nacional de Educação.

O órgão é composto por 24 membros, indicados pelo

Executivo para mandatos de quatro anos. Bolsonaro só poderá indicar 12 conselheiros em 2020. Portanto, nas condições normais de temperatura e pressão, qualquer alteração no currículo teria que passar pelo diálogo com os conselheiros indicados na gestão de Michel Temer.

Não se sabe quem será o futuro ministro da Educação de Bolsonaro. Dos nomes especulados, há diferentes perfis: acadêmico (Stravos Xanthopoulos, especialista em educação a distância); ligado ao setor privado (Eduardo Mufarej, da Somos Educação); militar (general Aléssio Ribeiro Souto, ex-chefe do Centro Tecnológico do Exército); ou mesmo político (Mendonça Filho, ex-ministro de Temer).

Independentemente do perfil do novo ministro, mesmo que mudanças sejam

aprovadas, ele terá o desafio de alinhá-las na educação básica com municípios e estados. Juntos, eles respondem por mais de 81% das matrículas. O restante dos alunos está no setor privado (18% do total), ficando a rede federal, de influência direta do Ministério da Educação (MEC,) com apenas 1% das matrículas.

— Nosso país herdou um ranço, cultural e histórico, de políticas definidas de cima para baixo. A Constituição de 1988 deu mais autonomia a estados e municípios — diz Alessio Costa Lima, presidente da Undime, associação que representa os secretários municipais de educação. — Tem que haver diálogo. Nenhuma mudança, para que chegue à sala de aula, consegue ser implementada apenas por força de um decreto.



6 SAÚDE

Sem soluções à vista para as principais causas de adoecimento e morte no país

ANA LUCIA AZEVEDO
E RENATA MARIZ
opais@oglobo.com.br
RIO DE JANEIRO

A saúde, a maior preocupação declarada dos brasileiros em pesquisas e o segundo maior orçamento da União (R\$ 130,8 bilhões este ano), permanece uma incógnita. Em seu plano de governo e em entrevistas e posts nas redes sociais, o presidente eleito Jair Bolsonaro propôs medidas genéricas.

Na essência, a afirmação de não aumentar os recursos, porém fazer mais com a me-

lhoria na gestão e o combate da corrupção. O governo eleito pretenderia investir, num primeiro momento, em auditorias e levantamento detalhado de dados para identificar onde há subfinanciamento, mas também onde há desperdícios, segundo colaboradores da campanha.

Faltou apresentar um plano estruturado, que contemplasse urgências nacionais na área, destaca Ligia Bahia, coautora de análise das propostas sobre saúde dos candidatos à Presidência. Para ela, estas são uma solução consolidada para a cri-

se do Sistema Único de Saúde (SUS), do qual dependem 75% dos brasileiros, e o combate da chamada tripla carga do Brasil, única no mundo.

A tripla carga se refere ao fato de o Brasil sofrer simultaneamente com as doenças infecciosas dos países pobres, a exemplo de zika, dengue e hanseníase; com as doenças crônicas do mundo desenvolvido (diabetes e câncer, por exemplo) e enfrentar uma epidemia de vítimas da violência (no trânsito e armada). Não se sabe qual será a orienta-

ção para essas áreas.

—A tripla carga é prioridade absoluta e não foi dita ou escrita uma só linha sobre isso — afirma Bahia, professora do programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da UFRJ.

OBESIDADE INFANTIL

Ela diz que há uma tsunami de obesidade infantil se formando no Brasil e não será com a inclusão de professores de educação física no Programa Saúde da Família e o treinamento de agentes comunitários para que possam “auxiliar o controle de doenças frequen-

tes, como diabetes e hipertensão”, segundo prevê o plano de governo sobre a política de promoção da saúde, que se resolverá o problema.

Outra emergência é o atendimento de pacientes com câncer, hoje a segunda causa de morte e que caminha para se tornar a primeira em 2025, à medida que a população envelhece. Cada vez mais caro e frequente, o câncer é um dos grandes gargalos do SUS.

Carlos Gadelha, pesquisador da relação entre saúde e desenvolvimento da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, considera ser um erro afirmar que o SUS tem recursos suficientes. Ele destaca que o Brasil gasta US\$ 400 em saúde por habitante. Isso é 60% do que gasta a Argentina e 10% do que destina a França, com paridade dos preços internacionais. É equivalente

ao gasto da Namíbia.

Em seu plano de governo, Bolsonaro prometeu instituir um prontuário eletrônico nacional, onde os dados de um paciente estariam disponíveis em qualquer unidade de saúde; permitir o credenciamento universal dos médicos (qualquer médico poderia atender pelo SUS) e criar a carreira de médico de estado. Nenhuma das medidas é nova. Porém, todas têm custos elevados e não se disse de onde sairão os recursos já que o orçamento deverá ser o mesmo.

— São incoerências. Fala-se em não gastar mais e se apresentam ideias custosas. Os recursos obtidos com o combate da má gestão e da corrupção não cobrirão essa diferença porque os gastos com saúde num país de tripla carga só crescem. Não existe milagre e saúde custa muito caro — diz.



“Abriu-se uma trincheira profunda. Temos que fechá-la e construir o diálogo entre governo e sociedade, sem vieses ideológicos. A natureza não está à direita ou à esquerda

— **Rodrigo Medeiros**, vice-presidente da Conservação Internacional

“O Brasil acentuaria seu isolamento (com medidas como se opor à China). Bolsonaro pode conseguir a simpatia retórica de Trump, mas ele é América Primeiro

— **Rubens Ricupero**, embaixador



7 MEIO AMBIENTE

Destino dos mecanismos de controle da segurança ambiental permanece incerto e retrocesso é temido

ANA LUCIA AZEVEDO
ala@oglobo.com.br

O Brasil amanhece com uma incógnita sobre a política do governo eleito não apenas para a maior floresta tropical do planeta, mas sobre a condução dos processos de licenciamento e fiscalização de empreendimentos do porte de usinas nucleares, minas de ferro e plataformas de petróleo. O meio ambiente recebeu poucas linhas no plano de governo e muita polêmica durante a campanha.

Permanece incerta, apesar de declarações de aliados do presidente eleito, que a prometida fusão dos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Agricultura (Mapa) não ocorrerá. Se efetivada, estariam no escopo deste último, por exemplo, exploração de urânio e lixo industrial. Também

criaria uma bipolaridade na governança, já que o papel do Mapa é estimular e o do MMA fiscalizar e controlar. O novo governo já tem, na própria bancada ruralista, um leque de opções para comandar a agricultura. Resta a definição do perfil de quem estará à frente das ações ambientais.

Bolsonaro garantiu que não sairá do Acordo de Paris, como chegara a declarar. Mas não explicou como será o controle do desmatamento ilegal, já que em campanha afirmou que fiscais do Ibama não mais impediriam produtores de desmatar. O que é certo é que agora é hora de dialogar, dizem especialistas da área como André Guimarães, à frente da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que reúne mais de 180 organizações da academia, ambientais e empresas.

— A oposição entre preser-

var e crescer é falsa. Esse é um momento para baixar a guarda, para um grande diálogo entre o novo governo e a sociedade — afirma Guimarães.

A decisão de enfraquecer o controle ambiental para privilegiar um setor, o agronegócio, acaba por ameaçar a economia porque as florestas são um ativo para o Brasil. “A Europa destruiu as dela e hoje é uma importadora de alimentos. Não se trata de não explorar as florestas, mas de usá-las de forma racional e produtiva para o país, não apenas para alguns poucos”, observa Guimarães. Rodrigo Medeiros, vice-presidente da Conservação Internacional, é outro que considera o diálogo essencial:

— Abriu-se uma trincheira profunda. Temos que fechá-la e construir o diálogo entre governo e sociedade, sem vieses ideológicos. A natureza não

está à direita ou à esquerda.

A ebulição é inflada pela aproximação da próxima cúpula mundial do clima, em dezembro, na Polônia. Nela, acordos importantes para o país estarão em jogo. A China, nossa maior compradora de commodities agrícolas, devido principalmente à guerra comercial com os EUA, tem sinalizado que se posicionará pela redução de emissões.

FRONTEIRA AGRÍCOLA

Enquanto decisões não são tomadas, o desmatamento avança. Guimarães destaca frentes recentes de abate no sul do Amazonas, junto à fronteira com o Mato Grosso. Em crescimento está a perda de floresta no entorno da BR-63 (Cuiabá-Santarém), principalmente no Pará. Outra área crítica é a das margens da BR-319 (Porto Velho-Manaus). A tendên-

cia é que o desmatamento cresça com o asfaltamento, se não houver controle. No Cerrado o foco é o Matopiba, maior fronteira agrícola do mundo, que inclui áreas de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

A incerteza permanece em relação a 70 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas na Amazônia Legal. Área de uma Bahia e meia. Elas não têm proteção de unidades de conservação, tampouco são terras indígenas ou recebem uso legal. Pertencem a União, estados e municípios. Na prática, são terras de ninguém. Têm sido desmatadas e apropriadas, o que constitui roubo de patrimônio público, destaca Guimarães.

O professor titular da USP Paulo Artaxo, reconhecido como o maior especialista do mundo em química da atmosfera da Amazônia, está preo-

cupado com o futuro do monitoramento do desmatamento, feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Não se sabe qual será a política para a continuação desse trabalho e a divulgação e transparência dos dados, salienta Artaxo, que também coordena a área de meio ambiente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

O cientista está pessimista sobre o futuro do meio ambiente no Brasil e teme retrocessos devido às muitas declarações de Bolsonaro contrárias ao rigor no licenciamento e na fiscalização ambientais.

O único consenso até agora parece ser no estímulo às energias renováveis. As energias solar e eólica estão em franco crescimento no país. Mas, para onde soprarão os ventos da mudança no meio ambiente, o país ainda não sabe.



8 POLÍTICA EXTERNA

Inspirada no trumpismo, diplomacia poderá ser a mais alinhada aos EUA desde o início da ditadura

CLAUDIA ANTUNES E
HENRIQUE GOMES BATISTA *
* Correspondente
internacio@oglobo.com.br
RIO E WASHINGTON

A julgar por declarações da campanha, a política externa sob a liderança de Jair Bolsonaro poderá ser a mais alinhada aos EUA desde o governo do marechal Humberto Castelo Branco, o primeiro depois do golpe de 1964, avaliaram analistas e diplomatas. Essa orientação decorreria menos de cálculos estratégicos do que da associação que Bolsonaro e sua equipe buscaram

com o ideário de Donald Trump, em especial no que diz respeito à desconfiança das instituições multilaterais.

O general Augusto Heleno Pereira, possível ministro da Defesa, já declarou ao GLOBO que as relações com os EUA “podem melhorar”, e criticou a “prevenção enorme” da esquerda com a superpotência. Na última sexta-feira, o presidente do PSL, Gustavo Bebbiano, disse que a OEA tem “zero credibilidade”, e que a ONU tem “viés esquerdista, globalista”. À agência Reuters, o cientista político Paulo Kramer,

da assessoria de Bolsonaro, indicou como possível chanceler o embaixador Ernesto Araújo, diretor do Departamento de EUA, Canadá e Assuntos Interamericanos do Itamaraty.

CONTRAPONTO AO MÉXICO

Em 2017, Araújo publicou o ensaio “Trump e o Ocidente”, referência no círculo bolsonarista. Nele, afirma que o americano assumiu a missão de resgatar a fé cristã e as tradições nacionais do Ocidente, segundo ele corroídas pelo “inimigo interno” que es-

queceu sua identidade, sob a influência do “marxismo cultural globalista”.

Dawisson Belém Lopes, professor de relações internacionais da UFMG, explica que o Brasil sempre foi “ocidentalista”, mas com gradações: “ortodoxa” nos governos Castelo e Eurico Gaspar Dutra; “matizada” com Collor, FHC e Kubitschek; e “heterodoxa” com Goulart, Geisel e Lula. Bolsonaro “indica que estará no primeiro grupo”, disse ele.

Para o ex-negociador comercial José Alfredo Graça Lima, do Centro Brasileiro de Rela-

ções Internacionais (Cebri), Bolsonaro precisará rever algumas propostas “à luz da realidade”: tirar o país do Acordo do Clima de Paris (ele já disse que voltou atrás); transferir a embaixada em Israel para Jerusalém (além dos EUA, só a Guatemala o fez); e antagonizar a China, maior parceiro comercial do Brasil e membro dos Brics, cuja cúpula de 2019 será no Brasil (a visita de Bolsonaro a Taiwan, em fevereiro, motivou uma nota de protesto da embaixada chinesa).

— São coisas que os EUA fazem, mas são uma superpotência. O Brasil acentuaria seu isolamento — disse o embaixador Rubens Ricupero, autor de “A diplomacia na construção do Brasil”.

Na Casa Branca, a eleição é vista como uma oportunidade. Bolsonaro seria um contraponto ao esquerdista An-

drés Manuel López Obrador, que toma posse em dezembro no México. É pela questão da Venezuela que os americanos mais “torciam” pelo capitão, pois apostam em atitude mais drástica contra Nicolás Maduro. Já organismos multilaterais temem retrocessos nos direitos humanos.

— Bolsonaro pode ser tão próximo do governo Trump como é o israelense Benjamin Netanyahu — disse uma fonte da diplomacia americana.

Além de Ernesto Araújo, o embaixador Luís Fernando Serra, que Bolsonaro conheceu em Seul, é cotado para chanceler. De fora da ativa, mencionam-se Rubens Barbosa (ex-embaixador nos EUA) e Luiz Felipe de Seixas Corrêa (ex-vice-chanceler), que é sogro de Araújo. Fora da diplomacia, fala-se na senadora Ana Amélia (PP-RS).



“Não vejo possibilidade de o novo governo entrar em confronto com religiões de matriz africana, pois a liberdade de culto é assegurada pela Constituição

Marcelo Couto, professor da Universidade Católica de Salvador

“Todos os últimos governos debateram a Lei Rouanet. Só acho importante que esse debate seja consistente, profundo e não superficial

Eduardo Saron, diretor do Itaú Cultural



9 SOCIEDADE

Agenda conservadora acende alerta para falta de interlocução com rede de proteção aos direitos humanos

EDUARDO GRAÇA
eduardo.graca@oglobo.com.br

Com a vitória de Jair Bolsonaro, líderes de movimentos sociais avaliam que será difícil definir estratégias para estabelecer um diálogo com o novo governo. Nas 81 páginas de “O caminho da prosperidade”, documento que reúne as propostas do presidente eleito, não são citados programas específicos para o setor. Essa ausência de propostas concretas, aliada à retórica conservadora do capitão da reserva, suscitou o receio de que, pela primeira vez desde os anos 1990, instituições de defesa dos direitos de mulheres, negros, LGBTs, entre outros, não encontrarão em Brasília interlocução para tratar de suas pautas. E mais: temem perda de conquistas.

Para Marcelo Couto, professor da Universidade Cató-

lica de Salvador, a política de enxugamento do Estado defendida pela futura administração os atingirá em cheio.

— As secretarias dedicadas a esses assuntos perderão espaço. Mas não vejo possibilidade de o novo governo entrar em confronto com religiões de matriz africana, pois a liberdade de culto é assegurada pela Constituição. E qualquer promoção de projetos racistas ou homofóbicos enfrentará resistência no Congresso e no STF — pondera o sociólogo.

No plano de governo de Bolsonaro, há uma ênfase na liberdade individual. O documento defende que “as pessoas teriam liberdade, individualmente, para fazer escolhas afetivas e espirituais”. Em entrevista em outubro, quando indagado sobre a situação da comunidade LGBT em seu governo e a crítica à distribuição de mate-

riais educativos sobre temas relacionados aos direitos LGBT, o presidente eleito afirmou que “os homossexuais serão felizes se eu for presidente” e que “cada um, dono de seus atos, vai cuidar de sua vida”.

Para a cientista social e antropóloga Rosana Pinheiro Machado, professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), há uma onda populista e conservadora em vários países do mundo:

— São processos cíclicos. Você tem momentos de universalismo de valores e, na primeira crise, o discurso volta-se para a família, para a comunidade, valores mais particularistas. Essas ondas têm que ser vividas, e é preciso trabalhar com redução de danos.

Por suas frases de impacto — como a de que irá “botar um ponto final em todo ativismo no Brasil” — Bolsona-

ro identifica-se com a onda conservadora. E é isso que temem os movimentos sociais:

— Não comungo da ideia de que o discurso de palanque raivoso e bravatas de ocasião são um tique de Bolsonaro. Seu discurso discriminatório já empoderou e legitimou vozes misóginas, racistas, autoritárias, homofóbicas e extremamente violentas — diz a vice-presidente da ONG Grupo Arco-Íris, Marcelle Esteves, voltado para a cidadania LGBT.

POLÍTICA DE COTAS

O avanço da retórica do presidente eleito também preocupa Ana Paula Pellegrino, do Instituto Igarapé, especialista em formulação de políticas públicas de drogas e segurança cidadã.

— Trabalhamos com a expectativa de mais emendas

centradas na criminalização do usuário na lei que tramita no Congresso. Nossa esperança é que o STF acelere o julgamento da ação que pode acabar com as penas para porte de drogas para consumo próprio.

Diretor da Fundação Ford no Brasil, Átila Roque lembra que Bolsonaro já deixou claro seu desprezo pelas políticas afirmativas para negros.

— A entrada na universidade de uma geração de negros que antes não sonhava com a perspectiva de um diploma foi uma conquista civilizatória que estremeceu as bases racistas da sociedade brasileira — afirma o historiador. — Não será fácil desfazer essas políticas. Acredito que haverá oposição, a começar nas universidades públicas, que adotaram cotas; no mercado, que já percebeu o quanto tem agarrado com aproveitamento de

talentos; e, sobretudo, dos jovens negros e de periferia.

Diretora da União Brasileira de Mulheres, a historiadora Lúcia Helena Rincón Afonso afirma ser necessária a fiscalização sistemática do governo:

— Falas de Bolsonaro mostram uma visão desrespeitosa e patriarcal da manutenção das mulheres em condição de opressão.

Todos concordam que a atuação vigilante da imprensa será crucial para denunciar eventuais excessos. Átila Roque ressalta a necessidade de se garantir a liberdade de atuação dos jornalistas:

— Mais do que nunca esses profissionais precisam ser protegidos no seu direito de exercer o papel essencial de informar sobre os assuntos de interesse da coletividade. *(Colaboraram Renato Granelle e Bernardo Mello)*



10 CULTURA

Com perspectiva de menos recursos, revisão da Lei Rouanet e extinção de ministério, setor aguarda com cautela

EMILIANO URBIM
E ALESSANDRO GIANNINI
segundocaderno@oglobo.com.br
RIO E SÃO PAULO

Ao longo da campanha, Bolsonaro pouco falou em cultura, área ignorada em seu programa de governo. Quando o presidente eleito tocou no tema, prometeu cortar recursos da área, revendo a Lei Rouanet, e sinalizou o fim do Ministério da Cultura, que deve virar uma secretaria do Ministério da Educação.

Diante desse cenário, nomes de destaque do setor especulam até que ponto as pro-

messas de Bolsonaro serão postas em prática. Outros projetam como lidar com um governo cujos líderes já se posicionaram contra várias manifestações artísticas.

Vale ressaltar que o descaso com a cultura não vem de hoje. O ministério, quase rebaixado a secretaria quando Temer assumiu, perde orçamento desde o primeiro governo Dilma. Em 2018, as despesas previstas são de R\$ 2,66 milhões, ou 0,04% dos gastos públicos.

Paulo Linhares, gestor do instituto cultural Dragão do

Mar, de Fortaleza, ressalta:

— O Ministério da Cultura é fraco, mas faz o mínimo. Rebaixá-lo seria um retrocesso terrível para o país.

CORTES NO 'SISTEMA S'

Um dos focos de críticas de Bolsonaro é a Lei Rouanet. Sancionada por Collor em 1991, ela permite a pessoas físicas e jurídicas aplicarem parte do imposto de renda devido em ações culturais. No dia seguinte ao incêndio do Museu Nacional, Bolsonaro disse que “ninguém é contra a cultura, mas a Lei Rouanet

tem que ser revista.”

Eduardo Saron, diretor do Itaú Cultural, é a favor de discutir o incentivo fiscal:

— Todos os últimos governos debateram a Lei Rouanet, embora represente só 0,64 % de todo o incentivo fiscal. Só acho importante que esse debate seja consistente, profundo e não superficial.

Guru econômico de Bolsonaro, Paulo Guedes disse que pretende cortar verbas do sistema S. O conjunto de instituições inclui siglas como Senai, Sesi e Sesc, fundamentais no atual ecossis-

tema cultural. Danilo Santos de Miranda, diretor do Sesc São Paulo, não comenta a proposta, mas adverte:

— Controlar a economia, aumentar a infraestrutura e investir na segurança não garante desenvolvimento. Antes disso, é preciso investir no campo da educação e cultura.

Há outro receio: que o novo governo veja a cultura não como supérflua, mas como adversária. A sensação vem de falas de aliados de Bolsonaro e de atos de entidades como o MBL, além do fato de que artistas costumam ser próximos a partidos de esquerda. Para Daniel Caetano, presidente da Associação Brasileira de Cineastas, cabe ao presidente eleito pacificar o ambiente.

— Parte do eleitorado de Bolsonaro parece encarar artistas como inimigos. É fundamental o governo garantir

que não haverá nenhum tipo de macartismo, assunto proibido ou perseguição.

Paula Lavigne, articuladora do movimento 342 Artes, que mobiliza artistas conhecidos em várias campanhas, se diz pessimista:

— Os últimos dois anos foram de retrocesso, brigamos para manter conquistas e perdemos muitas. Não há como saber o que virá com Bolsonaro, mas temos que lutar até o final.

O curador de exposições Marcello Dantas tem restrições ao presidente eleito, mas lembra que há uma distância entre campanha e realidade.

— Acho que Bolsonaro vai ter que aprender a governar para todos. Acho o Haddad um cara brilhante, mas fez uma gestão cultural pífia em São Paulo. As coisas vão muito além dos desejos de cada um.